

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



A lipoaspiração da Constituição Federal

Autor(res)

Il nah Toledo Augusto
Joseane De Menezes Condé

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

Muito se tem discutido a respeito de se iniciar uma reengenharia constitucional a fim de resgatar o real sentido de promulgar uma Carta Magna de representação democrática. Nesse contexto, sabe-se que o Brasil vem perpassando por sete Constituições, ao longo de sua trajetória conturbada, entre crises sociais e lutas políticas. Destarte, a grande questão a ser enfrentada nesse artigo transpassa pela atual Constituição Federal (CRFB/88), que contém 250 artigos no processo ordinário e 105 ADCT (Atos de Disposições Transitórias). Isto posto, percebe-se que pode ser considerada um tanto detalhista, ambiciosa e prolixa, sendo destaque pela inclusão de direitos sociais e liberais, ora tendendo para o corporativismo, ora o para o contratualismo liberal. De acordo com site Conjur, a CRFB/88 é a terceira Lei Suprema em extensibilidade, perdendo em amplitude somente para as Constituições da Índia e Nigéria.

Objetivo

A priori, é mister contextualizar sobre o período da criação da CRFB/88 que foi posterior a duas décadas de regime ditatorial, atuando em uma era de desconfiança e fragmentação política. Nesse diapasão, muitos doutrinadores, políticos e autoridades acreditavam que deveriam ser positivados direitos sociais, políticos, econômicos, tributários.

Material e Métodos

Outrossim, para alguns, a reconstitucionalização teria que ser aprovada por plebiscito da população e, posteriormente, a criação de uma nova Assembleia Constituinte originaria com representatividade equânime. Nesse tipo de instituto, partir-se-ia de uma folha em branco ou estaca zero, de forma a perfazer uma reengenharia de ideais políticos, sociais e culturais. Um exemplo disso, está ocorrendo com a Constituição Chilena, todavia, o Brasil tem diversidade de demandas e necessidades estruturais que não podem ser comparadas às chilenas.

Resultados e Discussão

Nessa discussão sobre recriação da Carta Magna, pontos de consenso entre os juristas que merecem mudança foram se formando como: 1- uma nova Constituição sem extensos artigos sobre direito tributário, trabalhistas, cíveis, uma vez que deveriam ser positivados infraconstitucionalmente; 2- reforma política imediata com permissão para fidelidade partidária e restrição ao multipartidarismo e 3- reforma administrativa com o intuito de contenção do

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



inchaço da máquina estatal. No entanto, não há concordância entre os doutrinadores se seria melhor reescrever ou reduzir, uma vez que a retirada de alguns artigos constitucionais prejudiciais, por meio de revisão, poderia ser menos custoso e produzir com celeridade os efeitos necessários. Ademais, existem propostas de se tentar delegar para os Estados competências da União afim de gerar uma espécie de “competição saudável” e fomentar ideias liberalistas compatíveis com a supremacia dos contratos.

Conclusão

Para finalizar, apesar de toda a explanação sobre a reconstitucionalização, a lipoaspiração da CRFB/88 e o neoinstitucionalismo, ostenta-se que a nossa Lei Suprema está sobrevivendo há 36 anos, mesmo diante de impeachments de presidentes, atos institucionais, intervenções, crises sanitárias da COVID-19 e graves atentados a democracia. De acordo com o ministro do STF Gilmar Mendes, “Essa é, pelo menos, a Constituição mais estável que tivemos.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, DF: Senado federal: Centro Gráfico, 1988.

BARROSO, Luis Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição Constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha. São Paulo: Saraiva, 2014